

ENTREVISTA COM JULIANA BIGATÃO



Juliana Bigatão atualmente é professora da Escola Paulista de Política Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo, no Departamento de Relações Internacionais. Formou-se em Relações Internacionais na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, onde também concluiu o mestrado intitulado “Manutenção da Paz e Resolução de Conflitos: Respostas das Nações Unidas aos conflitos armados intra-estatais na década de 1990” e a tese de doutorado “Do fracasso à reforma das operações de paz das Nações Unidas (2000-2010)”.

Esta entrevista tem como objetivo, considerando o tema de nosso dossiê “**História da saúde e suas relações com a sociedade**”, observar o atual cenário de pandemia através do viés das políticas públicas nacionais e globais, em busca de uma análise mais ampla dessa conjuntura. No momento em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) define como pandemia a disseminação do Covid-19, e recomenda medidas de isolamento social, a importância de refletir sobre as consequências dessa nova realidade sobre o cotidiano político-social se torna imperativa. Os desafios dos governos em lidar com esse cenário de pandemia e isolamento,

em âmbito local e internacional, além dos desafios da população em ressignificar práticas sociais cotidianas são temas desta entrevista.

Hydra: Professora Juliana, em primeiro lugar, obrigada por fazer essa contribuição em nosso número. Desde o início do governo atual, fomos impactados por uma série de atitudes que podem ser consideradas, no mínimo, descuidadas por parte do presidente em diversos setores. Um deles é a relação que o Brasil mantém com outros países. Por exemplo, tivemos a notícia da possível mudança da embaixada brasileira de Tel Aviv para Israel. Quase três meses depois, fomos surpreendidos diante da recusa em abastecer os navios do Irã que transportavam milho. Esses são exemplos em que podemos ver nitidamente que o Brasil rompeu com uma tradição diplomática, se assim podemos dizer, apaziguadora, mediadora de conflitos, multilateral. Quais principais mudanças nesse sentido têm ocorrido? Por exemplo, o que mudou quando comparamos com o período de Celso Amorim?

A diplomacia inaugurada pelo governo Bolsonaro, a cargo do chanceler Ernesto Araújo, não é apenas um ajuste no direcionamento da política externa em razão da alternância de partidos políticos no poder, mas principalmente uma guinada em relação aos princípios tradicionais do posicionamento internacional do Brasil. Neste sentido, busca desconstruir o viés multilateral, o pragmatismo, as relações cooperativas – principalmente no entorno estratégico do Brasil -, e a inserção soberana do país no cenário internacional.

Ao optar por uma leitura do mundo na qual os Estados Unidos são o principal polo de poder e vivenciam uma disputa hegemônica contra a China, a diplomacia brasileira na gestão de Araújo coloca o Brasil como aliado incondicional dos Estados Unidos e engaja nosso país na “defesa da

liberdade e da democracia”. O anúncio da mudança da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém (que não se consolidou) e a recusa de abastecimento dos navios iranianos no Porto de Paranaguá (questão resolvida somente após decisão do Supremo Tribunal Federal) ilustram esse posicionamento que, em vários momentos, soam muito mais como um alinhamento de Bolsonaro com Trump (e o inverso não se confirma) do que com a execução de um programa de ação diplomática. Algo curioso é que o grupo que atualmente ocupa a presidência caracteriza a política externa dos governos petistas como “ideológica” e o que faz é exatamente colocar em primeiro plano a ideologia na condução das relações externas do Brasil.

Se compararmos com a gestão Amorim no Ministério das Relações Exteriores de 2003 a 2010, há uma profunda alteração quanto ao pragmatismo e o eixo de cooperação sul-sul. Araújo, por exemplo, alterou o currículo do Instituto Rio Branco, onde se formam os diplomatas brasileiros, e excluiu a disciplina de história dos países latino-americanos. É nítida a irrelevância da integração sul-americana na agenda de política externa atual. Outro ponto de inflexão é na atuação do Brasil nos fóruns multilaterais e abandono da chamada “agenda global” de respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente. Bolsonaro chegou a declarar que “Não serve para absolutamente nada o Conselho de Direitos Humanos da ONU”; e, desde o último ano, conseguiu resgatar a péssima imagem do Brasil como “vilão ambiental” ao tratar com descaso as queimadas e o desmatamento na Amazônia brasileira.

Hydra: Existem impactos ao enfrentamento dessa pandemia oriundos dessa nova condução do Itamaraty?

Os reflexos da nova política externa podem ser vistos no negacionismo do presidente Bolsonaro quanto à gravidade da pandemia e na resistência em aderir às recomendações internacionais no tocante às medidas de distanciamento social. Tal postura evidencia pelo menos dois traços da atual condução do Itamaraty. Primeiro, o alinhamento ao presidente Trump. As declarações de Bolsonaro chegam a imitações das falas do presidente dos EUA sobre a covid-19 não passar de uma “gripezinha”, sobre a defesa do uso precoce da cloroquina e também a respeito de uma dicotomia – equivocada, por sinal – entre economia e saúde. Segundo, que não deixa de ter relação com o ponto anterior, no ataque às instituições internacionais e enfraquecimento do multilateralismo; neste caso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alvo de diversas críticas dos dois presidentes, que inclusive ameaçaram retirar a representação de seus países dessa agência especializada da ONU. Trump de fato anunciou em 7 de julho que iniciou o processo formal de ruptura com a OMS.

O resultado desse posicionamento revela-se no ranking mundial do número de casos confirmados de covid-19 e de mortes: Estados Unidos e Brasil são os líderes e ostentam um completo fracasso em relação à pandemia.

É importante ressaltar que o Brasil deixou de explorar traços bastantes peculiares das políticas públicas de saúde que poderiam tanto pautar uma resposta eficiente à pandemia quanto auxiliar na projeção de uma imagem positiva do país no mundo: a existência de um sistema único de saúde (SUS) gratuito e universal, de laboratórios que conduzem grandes programas de saúde pública, como a Fiocruz, e o nível de excelência dos pesquisadores das Universidades públicas brasileiras, que apesar do decrescente orçamento destinado à Educação, hoje integram as iniciativas pioneiras de desenvolvimento de vacinas e protocolos para o tratamento e a prevenção da disseminação do coronavírus.

Também destaco que, enquanto hoje vivenciamos um fracasso no enfrentamento da pandemia, há pouco tempo o Brasil era exemplo na área da saúde global, desenvolvendo diversas ações na chamada diplomacia da saúde, a exemplo do programa de combate à Aids/HIV.

Hydra: Mesmo antes da pandemia, se falava em crise no multilateralismo. Agora essa crise está mais profunda, pois justamente por conta da pandemia certos limites foram rompidos. Principalmente quando se trata dos esforços de pesquisa por uma vacina e das compras de materiais necessários (máscaras, respiradores e etc.), um exemplo disso são os desvios dessas cargas que ocorreram, principalmente pelos Estados Unidos. Existe um horizonte que aponte para um limite nessa relação desigual entre os países?

A pandemia escancarou as disparidades de poder e o quão as instituições internacionais são dependentes das potências mundiais. Não podemos pensar essas instituições como autoridades acima dos países. Temos que entendê-las a partir do viés intergovernamentais e, portanto, suas políticas, diretrizes e recomendações são fruto das dinâmicas de poder que ocorrem também em seu interior. Se fosse o contrário, estaríamos vivenciando uma situação na qual os países efetivamente cooperariam para lidar com a pandemia, compartilhariam decisões e seriam movidos por um sentimento de solidariedade no que se refere às pesquisas para uma vacina e às necessidades de equipamentos e materiais para atender à população que adocece, além da adoção de respostas coletivas para as consequências econômicas e sociais da pandemia, especialmente quando tomamos que não se trata unicamente de uma crise da saúde, mas também de uma crise econômica, social e humanitária na qual as comunidades mais vulneráveis são as mais atingidas.

A atitude dos EUA não surpreende na medida em que revela a prepotência de um “líder” que coloca seus anseios acima de qualquer consideração jurídica ou moral. O confisco das mercadorias de outros países que estavam em trânsito no território estadunidense não se difere das ações de pirataria que eles tanto criticam em outras partes do mundo. Adicionam-se a este cenário as tentativas de minar as recomendações da OMS e de se colocarem de forma individualista na corrida pela vacina. No dia 22 de julho, o governo Trump anunciou um acordo com as farmacêuticas Pfizer e BioNTech para a compra de toda produção de vacinas prevista para 2020. Este é mais um exemplo de que, em momentos de crise, as políticas unilaterais da superpotência prevalecem.

Por outro lado, é importante pontuar que não é a primeira vez que o multilateralismo e as instituições internacionais originárias do pós-Segunda Grande Guerra vivenciam uma crise. Podemos pensar nas discussões sobre o declínio da hegemonia dos EUA na década de 1970, no descrédito da ONU no pós-11 de setembro de 2001 e na crise do sistema financeiro em 2007/2008 para elencar outros momentos em que o multilateralismo esteve em cheque. Dificilmente o retrocesso chegará a minar a ordem liberal construída a partir da segunda metade do século XX, mas podemos pensar em novas nuances e acomodações, principalmente em razão da ascensão da China e dos espaços que o gigante asiático busca ocupar e reconfigurar no horizonte geopolítico.

Se a pandemia expôs que fenômenos transnacionais não conhecem barreiras e não são resolvidos a partir do fechamento das fronteiras nacionais, também revelou a necessidade de coordenação de políticas entre os mais variados atores internacionais. O Brasil seria uma importante voz nesse concerto, junto a outros países em desenvolvimento, mas infelizmente passou a adotar uma posição subalterna e obscura nas

discussões sobre o reordenamento do poder global e o papel das instituições internacionais.

Hydra: Quais desafios estão dados para o Brasil e o mundo no contexto de pós-pandemia, considerando ainda a possibilidade desse cenário se repetir nos próximos anos? Existe um lugar de destaque reservado para a ONU e a OMS?

No caso do Brasil, o desafio mais urgente é passar a limpo o desastre do enfrentamento da pandemia, em todos os sentidos, desde o número catastrófico de vidas perdidas até a deterioração da economia, o aumento do desemprego, o agravamento dos indicadores de qualidade de vida, entre outros. Há que se refletir sobre as omissões dos poderes públicos e a responsabilização por atos que causaram problemas que poderiam ser evitados ou minimizados com ações mais assertivas e embasadas em critérios científicos, comunicação clara a respeito das recomendações de distanciamento social e um plano econômico que de fato atendesse às diferentes demandas da população em um país tão desigual como é o Brasil.

Será necessário discutir por que um país com tantos especialistas em saúde pública de reconhecida competência tem à frente do Ministério da Saúde um general da ativa, assessorado por outros vinte militares que ocupam cargos civis especializados, sem qualquer conhecimento ou experiência na área. Sem contar o troca-troca de ministros em plena pandemia, principalmente em razão do choque entre as recomendações científicas e os “achismos” do senhor presidente da República. O emprego da palavra “genocídio” na recente declaração do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes não foi mera hipérbole para substantivar a associação do Exército brasileiro com o que está ocorrendo na Saúde do Brasil. Há uma

necessidade urgente de se discutir esse fato. A desmilitarização do Ministério da Saúde e a recuperação dos estragos no sistema de saúde pública serão grandes desafios, somados à crise econômica que se aprofunda e precisa de respostas em múltiplas dimensões.

Em relação ao panorama mundial, podemos pensar que este é um momento de questionamento da ordem liberal que já estava sendo desafiada pela ascensão de líderes da direita e também questionada pela China. Assim, a discussão sobre o papel das instituições internacionais e as assimetrias de poder é fundamental. O espaço para a cooperação pode diminuir, mas penso que é exagerado pensar, no horizonte próximo, no fim de instituições como a ONU e suas agências especializadas.

Hydra: Como vocês têm observado a gestão de Ernesto Araujo? É possível avaliar se ele conta com o apoio de setores do Itamaraty, ou ele se encontra isolado? Por exemplo, recentemente as contas das redes sociais da Funag publicaram encontros virtuais com convidados que se enquadram nas expectativas ideológicas do governo. Essa gestão pode acabar destruindo todo o trabalho já construído pela Funag? Pode acabar até mesmo interferindo nas seleções das provas anuais para a carreira diplomática?

A gestão de Ernesto Araújo no Ministério das Relações Exteriores representa a ala ideológica do governo Bolsonaro influenciada pelas ideias de Olavo de Carvalho. Conta com apoio explícito dos filhos do presidente, que sabemos ter influência nas decisões do pai. Não é possível afirmar que Araújo esteja isolado dentro do Itamaraty, uma vez que os posicionamentos do Brasil são compatíveis com as diretrizes do ministro, como no caso da atuação em fóruns multilaterais. A guinada foi tão significativa que chegou a reunir ex-chanceleres de diferentes governos –Aloysio Nunes, Celso Amorim, Celso Lafer e Rubens Ricupero – em torno da crítica de que a atual política externa

brasileira isola o país. Embora a FUNAG viva um momento deprimente ao promover palestras de pessoas com duvidoso currículo acadêmico e profissional, penso que não é possível destruir o legado da Fundação no curto prazo. Quanto ao concurso de ingresso na carreira diplomática, um dos mais concorridos do país, já houve mudança na entidade organizadora, mas ao que parece, as linhas gerais do exame foram mantidas.

Hydra: Nas últimas semanas muito tem se discutido sobre o vídeo da reunião ministerial de 22 de abril. Nele, em plena pandemia, falas ofensivas sobre parceiros comerciais do Brasil, como China, se fizeram presentes. Não foi a primeira vez que este governo assim se posiciona, mas podemos dizer que está perto de ser última? Existe um desgaste efetivo entre as relações diplomáticas e econômicas de Brasil e China?

Ainda na campanha presidencial, Bolsonaro visitou Taiwan e deu indícios de que a relação com a China seria complicada. A China é o principal parceiro comercial do Brasil desde 2009 e o balanço comercial entre eles é positivo para o Brasil. Diferente do que acontece com o comércio bilateral com os EUA, no qual o saldo é negativo para nosso país. Esse é um dado relevante e deveria ser levado em conta pelos membros do governo que desferem ataques, inclusive racistas e xenófobos, contra a China. Bolsonaro e sua equipe sabem que precisam da China, mas não é possível ponderar o limite da falta de postura no tocante à visão ofensiva em relação ao país asiático. Preferem ter “que aguentar” a China – nos dizeres do ministro Paulo Guedes – do que construir uma parceria estratégica com o país. Penso que este é o ponto que dificulta as relações diplomáticas e comerciais bilaterais e que, ao colocar na balança, traz prejuízos ao Brasil. O governo Bolsonaro aposta em uma relação pretensamente privilegiada com os Estados Unidos e deixa de adensar o relacionamento com um parceiro que mostra maiores

vantagens comparativas, principalmente para o agronegócio. É disso que falamos quando criticamos a falta de pragmatismo da atual política externa. Não é à toa que a ministra da Agricultura e Pecuária, Tereza Cristina, já interpelou membros do governo e da diplomacia para que moderassem as críticas à China, tendo em vista a importância desse país para o agronegócio.